

Alexandre de Moraes, ministro do STF, autoriza libertação do ex-ministro da Justiça sob várias medidas cautelares. Ele é investigado por suspeita de incentivar ataques em Brasília

Torres tem prisão revogada, mas tem de usar tornozeleira



Anderson Torres ficou 118 dias no batalhão da Polícia Militar de Guará (DF), após ser preso em 14 de janeiro

Brasília - O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou, ontem, a prisão preventiva de Anderson Torres, ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro. Ele determinou a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, como uso de tornozeleira eletrônica. Torres é investigado no Inquérito 4923, que apura a responsabilidade de autoridades nos ataques às sedes do três Poderes, em 8 de janeiro. Ele estava detido desde 14 de janeiro e será afastado do cargo de delegado da Polícia Federal. Usará a tornozeleira eletrônica com recolhimento domiciliar à noite e nos fins de semana. Está proibido também de usar redes sociais, de se comunicar com os demais envolvidos nos atos antidemocráticos de janeiro e de se ausentar do Distrito Federal. Além disso, o passaporte e o porte de armas estão suspensos, inclusive o funcional, e ele deve se apresentar ao juiz da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal todas as segundas-feiras.

“No atual momento, a manutenção da prisão [de Anderson Torres] não mais se revela adequada e proporcional, podendo ser eficazmente substituída por medidas alternativas”

■ Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal

Torres ficou detido no batalhão da Polícia Militar na região administrativa do Guará, por ser delegado federal. Ele teve direito de ocupar uma sala de estador, com acomodações mais confortáveis, televisão, acesso garantido aos advogados e poder receber alimentação externa. A determinação de soltura vale de maneira imediata. Em sua decisão pela soltura, Alexandre de Moraes afirma que a prisão preventiva do ex-secretário cumpriu sua finalidade, com realização de diligências policiais que estavam pendentes desde 20 de abril, quando havia negado pedido de revogação da prisão formulado pela defesa.

No atual momento, portanto, a manutenção da prisão não mais se revela adequada e proporcional, podendo ser eficazmente substituída por medidas alternativas”, declarou Moraes. O magistrado observou ainda que, em parecer anterior, a Procuradoria-Geral da República (PGR) havia se manifestado pela revogação da prisão com a imposição das medidas cautelares previstas

no Código de Processo Penal (CPP). No pedido de soltura, a defesa de Anderson Torres alegou que ele sofre de problemas de saúde, como depressão e perdeu peso de maneira significativa durante a prisão.

No dia dos atentados em Brasília, Anderson Anderson era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, mas estava nos Estados Unidos. Ele entraria de férias no dia seguinte. A investigação apura se ele agiu deliberadamente para fragilizar a segurança pública de Brasília. Ele também é alvo de investigação por causa da chamada minuta do golpe, documento encontrado em endereço ligado a ele que previa a decretação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e prisão de magistrados, após a derrota de Jair Bolsonaro para Luiz Inácio Lula da Silva na eleição de outubro passado.

O ex-ministro Anderson Torres pode ter participado do plano de sequestro de um ministro do Supremo Tribunal Federal, conforme revelou ontem a jor-

nalista Daniela Lima, da CNN Brasil, durante o programa “Bastidor CNN360”. “Eu conversei com um integrante do Supremo Tribunal Federal, e a informação que chega à corte é de que o ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro aparece em conversas tramando contra a corte. Conversas que mencionam inclusive a hipotética prisão, legal e antidemocrática de um integrante do STF e de que esse ministro deveria ser deixado em local incerto e não sabido”, declarou Daniela Lima.

LESA PÁTRIA A Polícia Federal deflagrou ontem a 11ª fase da Operação Lesa Pátria. O objetivo é identificar pessoas que financiaram e fomentaram os atos de 8 de janeiro. Foram cumpridos 22 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo STF, em São Paulo, no Mato Grosso do Sul e no Paraná. Foi determinado também o bloqueio de bens, ativos e valores dos investigados até o limite de R\$ 40 milhões para cobertura e ressarcimento dos danos causados ao patrimô-

nio público. “Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido”, destacou a PF em nota.

Entre os alvos de ontem está o empresário Adolfo Fernandes Coronel. A PF informou apreendeu um arsenal de armas na casa dele. Pelo menos 8 agentes federais estiveram na residência, em uma área nobre de Maracaju, a 159 quilômetros de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Adolfo é apodador declarado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e proprietário de uma loja de materiais de construção na cidade. Em fevereiro, ele foi listado pela Advocacia-Geral da União (AGU) como suposto financiador dos atos antidemocráticos e teve seus bens bloqueados juntamente com 52 pessoas físicas e sete jurídicas. Adolfo negou ter estado em Brasília em 8 de janeiro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3